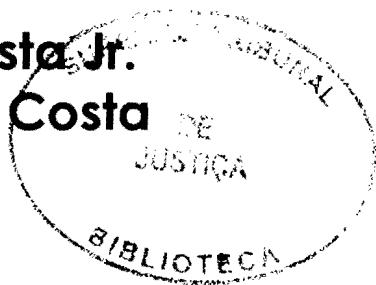


STJ00096407

Édis Milaré
Paulo José da Costa Jr.
Fernando José da Costa



DIREITO PENAL AMBIENTAL

Prefácio
JOSÉ RENATO NALINI

2.ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

343:501 (M)

M637d

2.ed.

Direito Penal Ambiental

2.ª edição
revista, atualizada e ampliada

ÉDIS MILARÉ
PAULO JOSÉ DA COSTA JR.
FERNANDO JOSÉ DA COSTA

Superior Tribunal de Justiça Biblioteca M. Oscar Saraiva Prefácio JOSÉ RENATO MALINI MILLENIUM: 1.ª edição: 2002.	
N.º	DATA
360717	23/07/2013

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Visite nosso site: www.rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor
sac@rt.com.br

Impresso no Brasil [12-2012]

Profissional

Fechamento desta edição:

[22.11.2012]



ISBN 978-85-203-4590-0

1183

343:501 (M)

SUMÁRIO

Prefácio	9
Nota dos Autores à 2.ª Edição	17
Direito Ambiental – Considerações Preliminares – PAULO JOSÉ DA COSTA JR. e FERNANDO JOSÉ DA COSTA.....	23
1. Características do direito ambiental.....	23
2. Espécies de meio ambiente	26
3. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas.....	28
3.1 O princípio da responsabilidade penal pessoal.....	28
3.2 A responsabilidade penal no direito brasileiro.....	29
3.3 Responsabilidade social em matéria de responsabilidade penal da pessoa jurídica	43
4. Normas <i>eximentes</i>	44
5. Críticas à Lei 9.605/1998	51
Comentários à Lei 9.605, de 12.02.1998	
Capítulo I – Disposições Gerais – PAULO JOSÉ DA COSTA JR. e FERNANDO JOSÉ DA COSTA.....	55
Capítulo II – Da Aplicação da Pena – PAULO JOSÉ DA COSTA JR. e FERNANDO JOSÉ DA COSTA.....	61
Capítulo III – Da Apreensão do Produto e do Instrumento de Infração Administrativa ou de Crime – PAULO JOSÉ DA COSTA JR. e FERNANDO JOSÉ DA COSTA.....	77
Capítulo IV – Da Ação e do Processo Penal – PAULO JOSÉ DA COSTA JR. e FERNANDO JOSÉ DA COSTA.....	79
Capítulo V – Dos Crimes contra o Meio Ambiente – PAULO JOSÉ DA COSTA JR. e FERNANDO JOSÉ DA COSTA.....	81
Seção I – Dos Crimes contra a Fauna.....	81
Seção II – Dos Crimes contra a Flora.....	103
Seção III – Da Poluição e Outros Crimes Ambientais.....	132
Seção IV – Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural.....	153
Seção V – Dos Crimes contra a Administração Ambiental.....	162

Capítulo VI – Da Infração Administrativa – ÉDIS MILARÉ.....	168
1. Considerações preliminares.....	168
2. O poder de polícia.....	169
2.1 Conceito.....	169
2.2 Competência e poder de polícia.....	171
3. A responsabilidade administrativa ambiental no direito brasileiro.....	172
3.1 Princípios informadores da responsabilidade administrativa ambiental.....	174
3.2 Natureza jurídica da responsabilidade administrativa.....	175
3.3 Pressupostos da responsabilidade administrativa ambiental.....	181
3.3.1 Conduta.....	182
3.3.2 Ilicitude.....	183
3.3.2.1 O dano ambiental diante do pressuposto jurídico da ilicitude.....	184
3.3.2.2 Identificação da ilicitude.....	185
3.4 Consequências da adoção da teoria da culpa presumida.....	186
3.4.1 Presunção de responsabilidade.....	186
3.4.2 Inversão do ônus da prova.....	186
3.4.3 Incidência das excludentes da responsabilidade.....	187
4. Caracterização da infração administrativa ambiental.....	189
5. Competência para a definição de infrações administrativas ambientais.....	194
6. Competência para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo.....	195
7. Iniciativa para a apuração de infrações administrativas.....	196
7.1 Apuração a pedido do interessado.....	196
7.2 Apuração <i>ex officio</i>	197
7.3 O processo administrativo e a ampla defesa.....	198
8. Regras procedimentais para apuração de infração ambiental.....	201
8.1 Auto de infração.....	202
8.2 Defesa.....	204
8.3 Instrução.....	205
8.4 Julgamento.....	206
8.5 Recursos.....	209
8.6 Prescrição administrativa ambiental.....	213
9. O quadro das infrações administrativas.....	216
10. As sanções e as medidas administrativas acautelatórias.....	216
10.1 Sanções administrativas em sentido estrito.....	218
10.1.1 Advertência.....	218
10.1.2 Multa simples.....	220

10.1.3 Multa diária	223
10.1.4 Restritiva de direitos.....	223
10.2 Medidas administrativas acautelatórias.....	225
10.2.1 Apreensão	225
10.2.1.1 Apreensão e destinação de animais	225
10.2.1.2 Apreensão e destinação de produtos e subprodutos.....	227
10.2.1.3 Apreensão e destinação de instrumentos.....	229
10.2.1.4 Guarda e uso do bem apreendido.....	230
10.2.2 Destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumen- tos da infração	231
10.2.3 Suspensão de venda ou fabricação de produto.....	231
10.2.4 Embargo de obra ou atividade.....	232
10.2.5 Demolição de obra.....	233
10.2.6 Suspensão parcial ou total de atividades	235
11. Critérios para a valoração e aplicação da multa e seu controle judicial.....	237
12. Pagamento de multa.....	240
13. O princípio do <i>non bis in idem</i>	240
14. O princípio da pessoalidade da sanção	242
Capítulo VII – Da Cooperação Internacional para a Preservação do Meio Ambiente – ÉDIS MILARÉ	243
1. A cooperação entre os povos como princípio de Direito Ambiental.....	243
2. As formas de cooperação.....	247
2.1 Objeto jurídico da cooperação	249
2.2 O destinatário do pedido de cooperação.....	250
2.3 O conteúdo do pedido de cooperação.....	251
3. Os sistemas de informação ambiental	252
Capítulo VIII – Disposições Finais – ÉDIS MILARÉ	254
1. Aplicação subsidiária da Lei Penal comum.....	254
2. Considerações preliminares	255
3. Regulamentação da Lei.....	258
4. A vigência da Lei.....	258
5. Normas incriminadoras revogadas.....	258
Infrações Penais Relacionadas com o Direito Ambiental – PAULO JOSÉ DA COSTA JR. e FERNANDO JOSÉ DA COSTA	259
1. Código Penal.....	259
1.1 Poluição Atmosférica	259
1.2 Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	261

2.	Contravenções Penais	264
2.1	Lei das Contravenções	264
3.	Lei 7.802, de 11.07.1989.....	266
4.	Lei 7.643, de 18.12.1987.....	268
5.	Lei 6.453, de 17.10.1977.....	269
6.	Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766, de 19.12.1979)	272
7.	Patrimônio Genético – Lei 11.105/2005	277
8.	Crime de Responsabilidade de Prefeitos – Dec.-lei 201, de 27.02.1967	283
	Referências Bibliográficas	285
	Outras Obras dos Autores.....	293